

# **A PROBLEMÁTICA DO TURISMO, ACADEMIA E EMPREGABILIDADE DO PROFISSIONAL NO MERCADO: UM ENSAIO**

Autores:

**Samir Alexandre Rocha**

Tecnólogo em Turismo

Bacharel em Turismo

Mestre em Geografia (UFSC)

Professor do Centro Universitário de Brusque (UNIFEBE)

Brasil

**Carla Andrade Novaes**

Pedagoga

Mestre em Turismo e Hotelaria (UNIVALI)

Pesquisadora da área de turismo, hotelaria e turismo rural.

Brasil

## **RESUMEN.**

O turismo é uma atividade polissêmica que envolve relações desenvolvidas em um determinado espaço, o qual é composto por uma paisagem aliada a processos e atributos diferenciados do cotidiano do turista, em um determinado período de tempo, amparada por uma série de aparatos econômicos e sociais. Diante disto, o fator serviço e a formação profissional é fundamental para que se tenha uma prática turística com qualidade. Neste sentido, este artigo tem como objetivo discutir o atual processo de formação superior, bem como a situação e relação mercadológica dos estudantes e formados na área, apresentando uma breve discussão sobre a regulamentação profissional.

**Palavras-chave:** Turismo, academia, empregabilidade, regulamentação profissional.

## **ABSTRACT:**

The tourism is a polissemic activity that involves developed social activities in one determined space, which is composed for an allied landscape the processes and attributes differentiated of the daily one of the tourist, in one determined period of time, supported for a series of economic and social apparatuses. Ahead of this, the factor service and the professional formation are basic so that if it has one practical tourist one with quality. In this direction, this article has as objective to argue the current process of superior formation, as well as the situation and marketing relation of the students and formed in the area, presenting one brief quarrel on the professional regulation.

**Key Word:** Tourism, academy, employment, professional regulation.

## 1. INTRODUÇÃO

Fundamentado no ócio (tempo livre das atividades relacionadas ao trabalho) e no consumo, o turismo como atividade não tem início certo na história, muito embora se possa mencionar a «Revolução Industrial» como um grande impulsionador para o desenvolvimento da prática turística em sua versão moderna. (Seabra, 2001)

É após a passagem da Segunda Guerra, porém que o turismo inicia um processo de ampliação na qual toma forma como atividade econômica representativa, tendo em vista a ampliação e melhoria relacionada aos transportes e a hotelaria que passa a ser estruturada, o que com o passar do tempo gera a necessidade de uma maior compreensão e reflexão sobre a atividade e suas implicações.

Neste sentido, foram criadas diversas definições relacionadas à atividade turística, dentre as quais tem destaque o conceito adotado pela Organização Mundial do Turismo – OMT –, elaborada por De la Torre, que define esta prática como um «(...) movimento social que consiste no deslocamento voluntário e temporário de indivíduos ou grupos de pessoas, que saem do seu local de residência habitual para outro, no qual não exercem nenhuma atividade lucrativa nem remunerada, gerando múltiplas inter-relações de importância social, econômica e cultural». (Barretto, 1995: 12)

A partir deste contexto, o turismo passa a ser visto como um conceito e uma atividade polissêmica que envolve relações desenvolvidas em um determinado espaço, composto por uma paisagem aliada a processos e atributos diferenciados do cotidiano do turista, em um determinado período de tempo, amparada por uma série de aparatos econômicos e sociais.

Estes são alguns dos aspectos inseridos nesta questão do turismo e na formação dos seus profissionais, todavia este artigo pretende ir além, tendo como objetivo discutir o atual processo de formação superior empregado na área, bem como a situação e relação mercadológica dos estudantes e formados na área, apresentando uma breve discussão sobre a regulamentação profissional.

Neste sentido, utilizar-se-á como procedimento metodológico à discussão com base em bibliografias, relatos e documentos encontrados especialmente em órgãos oficiais como o Ministério do Turismo (MTUR), Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP/MEC), além de questões oriundas de observações dos autores quanto à realidade estudada.

## **O turismo e a formação dos seus profissionais: uma breve contextualização**

Uma questão inicial a ser ressaltada é que o turismo não possui um período exato quanto a sua valorização enquanto gerador ou atividade responsável pela evasão e/ou significativo incremento de divisas, contudo, observa-se que o reconhecimento da criação de instituições e cursos de formação profissional na área datam em nível internacional, especialmente, a partir da década de 1960.

Neste período, percebe-se de forma marcante na Europa, mais significativa em países que recebiam visitantes que freqüentavam praias como, por exemplo, na Espanha, que o turismo era uma atividade que estava gerando uma série de impactos tanto de ordem social, econômica e, sobretudo, estrutural as quais necessitavam de uma maior atenção técnica. ([...], 2007)

Diante disso tem-se início, em diversas instituições, cursos profissionalizantes e a especialização de profissionais de diversas áreas com a finalidade de solucionar problemas turísticos locais, procurando-se assim o estabelecimento de um uso mais adequado pelos visitantes e um desenvolvimento estrutural mais adequado às suas necessidades.

No Brasil, esta preocupação é evidenciada de forma um pouco mais tardia, entre outras coisas devido ao período político pelo qual o país passava. Todavia, é ainda no período militar que surgem as primeiras ações públicas de turismo, no sentido de se criar um órgão preocupado com a gestão do turismo.

Becker (2001) cita como grande marco institucional da política Brasileira de turismo a criação da Embratur em 1966, autarquia esta, que dava um enfoque a atividade turística como uma 'indústria nacional' que, diante das prioridades estratégicas dos governos militares pós 1964, deveria ser amplamente fomentada.

Contudo, mesmo diante da formação desta, o turismo passou a ser estudado com cunho acadêmico no Brasil apenas em 1971, quando instituiu-se por meio do parecer nº 35/71 do Ministério da Educação e aprovação do Conselho Federal de Educação, o primeiro curso de Habilitação Única em Turismo, na Faculdade de Turismo no Morumbi em São Paulo. É importante ressaltar que na Europa, assim como na América do Norte, escolas de nível técnico e superior já tinham suas atividades em pleno desenvolvimento. (Rejowski, 1996; [...], 2007)

Em 1973, surgem outras instituições de ensino superior na área de turismo, sendo destacadas entre elas a Faculdade de Turismo da Guanabara no Rio de Janeiro, a Faculdade Ibero-Americana e a Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo.

Nos anos seguintes foram iniciados novos cursos em Campinas, Recife, Santos, Caxias do Sul, Belo Horizonte, Foz do Iguaçu e Fortaleza, sendo que em Santa Catarina o primeiro estabelecimento surgiu em 1990 com o curso de Turismo e Hotelaria da Universidade do Vale do Itajaí – Univali, sendo que a partir do final desta década ocorreu uma ampla abertura desta graduação em outras instituições, resultando atualmente, conforme dados oficiais do MEC, 44 cursos no estado (34 de bacharelado e 10 de tecnologia). (Ansarah; Rejowski, 1994; [...], 2007; Inep/Mec, 2007)

Para se ter idéia do quão rápido e da expressividade deste número de cursos em Santa Catarina, de acordo com Ansarah e Rejowski (1994), no ano de 1994, existiam 33 cursos superiores de turismo/hotelaria no Brasil (observe gráfico 01).

**Gráfico 01 – Relação entre o número de cursos de turismo ofertados no Brasil entre 1994 e 2007**

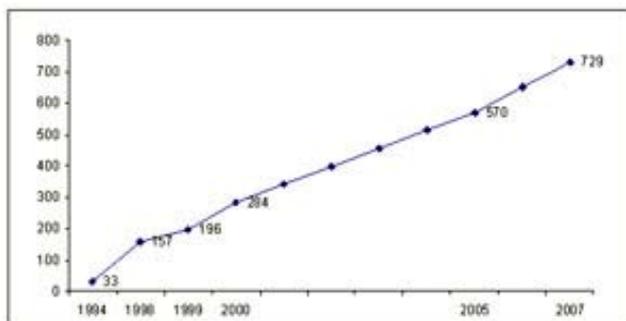


Gráfico elaborado a partir de dados de Teixeira, 2003; Inep/Mec 2007

Tomando como base estes dados e comparando-se a realidade de outros cursos de graduação, tem-se o turismo como uma das áreas de graduação que mais se desenvolveram. Para se ter idéia, há ainda um número menor de faculdades em Santa Catarina ofertando cursos de turismo em relação a outras áreas como administração (163 cursos), ciências contábeis (63) ou, ainda, direito (59), todavia há de se destacar que o processo de abertura de cursos como anteriormente destacado possui apenas 17 anos e, já ganha em número em relação a cursos mais tradicionais como letras, educação física, geografia, história ou psicologia. (Inep/Mec, 2007)

Para se ter idéia da quantidade de pessoas que atualmente podem ser atendidas pelas instituições de ensino superior na área de turismo, são atualmente oferecidas (com base em dados oficiais do MEC), um total de 3.555 vagas para alunos, sendo que todas estas concentram-se no ensino privado. (Inep/Mec, 2007)

Tomando como base esta informação e agregando a mesma dados do IBGE sobre Santa Catarina, observa-se através do ultimo censo um total anual médio de aproximadamente 178.456 matrículas no ensino superior no estado, sendo destas 114.818 no ensino privado, tem-se que os cursos de turismo são, em teoria, atualmente responsáveis por aproximadamente 2% do total de matrículas do estado como um todo e 3,1% da rede privada de ensino. (Ibge, 2007; Inep/Mec, 2007)

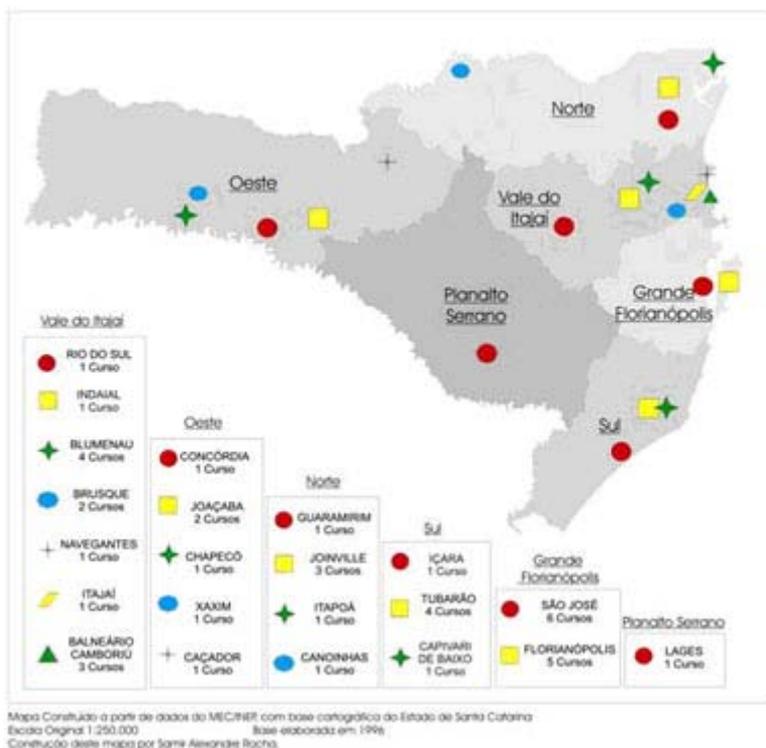
Embora estes dados não pareçam tão alarmantes, uma relação que evidencia de forma mais interessante o quão expressivo é este número, se todos os cursos superiores no estado de Santa Catarina proporcionassem o mesmo percentual das graduações em turismo, haveriam apenas 33 variedades de cursos aqui oferecidos.

Contudo, esta ultima análise como citado anteriormente é meramente teórica, sendo que a explicação para isto encontra-se na atual realidade observável nas graduações em turismo, onde uma ampla maioria das instituições passa por dificuldades na abertura de novas turmas e muitas, extra-oficialmente, estão encerrando suas atividades temporariamente ou extinguíram seus cursos, o que, todavia não confere com dados oficiais já que, com base novamente nos dados do MEC que indica apenas três instituições tendo seus cursos em fase de extinção em todo o estado. (Inep/Mec, 2007)

Neste sentido, outra análise a ser realizada se faz quanto à eficácia no controle de informações disponíveis, ou talvez, simplesmente disponibilizadas, pelo MEC, que expõe informações quanto aos cursos que possuem autorização para abertura/funcionamento, mas, no entanto, não realiza pesquisa quanto à realidade anual destes.

A concentração geográfica destes cursos de turismo também faz-se digna de discussão uma vez que pode ser observada uma concentração espacial de cursos elevada em dadas áreas, em muitos casos, não condizente à realidades tais como a demografia e o perfil turístico local conforme pode ser observado no mapa a seguir, elaborado a partir de base cartográfica do Governo de Santa Catarina (Santa Catarina, 1996) e dados do Inep/Mec (2007).

### Mapa 01 – Espacialização das Regiões, Municípios e Cursos oferecidos em Santa Catarina



Observa-se que a abertura de novas turmas de graduação em turismo e o ingresso de novos estudantes vem se dando em número cada vez mais abaixo da expectativa prevista de vagas estabelecidas pelo MEC, sendo esta realidade observada na ampla maioria das instituições de ensino de Santa Catarina.

Partindo-se da realidade dos cursos apresentada anteriormente é necessário apresentar a situação das pessoas que se graduam em turismo com a finalidade de se entender a atual crise que ocorre nos cursos superiores de turismo.

Segundo a Revista Você S.A de janeiro de 2005, nesta época no Brasil, haviam aproximadamente 570 instituições de ensino superior oferecendo vagas em cursos de turismo e tinha-se uma estimativa que se formavam aproximadamente 22.800 novos profissionais no país.

Neste sentido, um questionamento levantado pela Revista *Você S.A* em 2005, foi «há emprego para este elevado número de profissionais?». Na época, buscando responder a este questionamento, os jornalistas responsáveis pela matéria intitulada «turismo é um mico?» buscaram argumentos junto a representantes da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Turismo e Hospitalidade, além de dados do Ministério do Turismo.

A resposta final fornecida pela *Você S.A*, seguindo dados fornecidos pelo mercado, apontou o fato de que a carência de profissionais no turismo não se dá no nível superior, mas sim funcionários com habilidades técnicas para ocupar funções como de camareiras, garçons, etc. Reforçando esta questão a Revista apresentou como frase final a esta questão o dizer do então presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Turismo e Hospitalidade de que «o que o setor precisa é de gente para carregar o piano, e não de pessoas para tocá-lo». (2005: s.p.)

Ao levantar esta discussão, diversos foram os questionamentos, entre outros, pela academia, contudo, uma primeira questão que parece ser clara e óbvia refere-se a quantidade de empregos na área operacional em relação aos cargos de gerência onde, na grande maioria das empresas, sejam estas dos mais diversos setores, há um número de vagas mais reduzido.

Contudo, um primeiro questionamento que surge de forma polêmica em torno desta questão, relaciona-se ao fato de quais são as habilidades, competências, responsabilidades e conhecimentos que os gestores do turismo possuem. Será que entender o processo de funcionamento interno de um hotel, de um restaurante, de uma empresa de eventos, ou qualquer outra relacionada é o suficiente para se atuar de forma coerente no mercado turístico? Será que entendendo o processo interno da empresa que se atua é possível entender-se o custo do processo turístico como um todo? Será que os cargos de gestão estão sendo ocupados por turismólogos?

Ainda em relação aos empregos na área do turismo Ouriques (1998) ressalta, através de estudo de caso realizado em Florianópolis (SC), que, embora muito se fale em termos de geração de empregos no turismo, tem-se na realidade uma condição na qual são estabelecidos diversas vagas de trabalho informais e poucos empregos reais.

Dentre os fatos apontados por Ouriques (1998) para a compreensão desta realidade tem destaque o fato de que, por o turismo no Brasil como um todo ser marcado por amplos períodos de sazonalidade, os empregos gerados pela atividade turística nem sempre oferecem bons salários, boas condições de trabalho e, especialmente estabilidade.

Um dos maiores problemas consiste em que a maioria dos empregos criados faz parte do setor informal, onde não há as garantias nem os benefícios assegurados aos trabalhadores registrados. Ademais, a arrecadação de impostos é pequena em relação à demanda, e em virtude da sazonalidade ocorre a impossibilidade de formação de equipes de trabalho, pois as mesas se desagregam no final de cada temporada. Não há especialização profissional e a qualidade dos serviços não é boa, apesar de alguns esforços já empreendidos no sentido de mudar o quadro atual. (Ribeiro Junior, 2004: 65)

Outra questão apresentada que vem de encontro ao trabalho informal refere-se ao fato de que, conforme Brognoli et al. (2004), muitos empreendimentos turísticos caracterizam-se como empresas familiares na qual os membros da família executam múltiplas funções, sendo que, observou-se neste estudo que um número significativo de estabelecimentos mantêm suas atividades suspensas nos períodos de baixa temporada, o que reforça a tese de amadorismo e forte sazonalidade do setor.

Seguindo esta linha de pensamento, Ribeiro Junior (2004), destaca que as possibilidades que existem no emprego do turismo dependem das características próprias de cada local e da existência de planos turísticos que apreciem todos os aspectos relacionados à atividade turística, sendo que no caso de não desenvolver-se estes de forma adequada corre-se grande risco de agravamento de problemas, especialmente nos campos social e ambiental.

Neste sentido, uma primeira consideração a se ressaltar sobre esta atual prática da não empregabilidade de mão-de-obra qualificada, que vem se dando em todos os âmbitos do turismo, é o reflexo que este «amadorismo» tem na produção e venda do turismo, tanto para os consumidores internos, contudo ainda mais para o turista externo que, em muitos casos, tem em sua localidade de origem serviços de maior qualidade.

Ainda em relação à questão levantada por Ribeiro Junior (2004), observando-se os Planos Nacionais de Desenvolvimento Turísticos Brasileiros, o que se percebe é que em todos os documentos e relatórios é reconhecida uma carência profissional, em todos os âmbitos (técnicos, tecnólogos e bacharéis), contudo a previsão realizada em seus apontamentos não indica nenhum tipo de ação concreta, sendo, por exemplo, considerado como meta atual do Ministério do Turismo do Brasil, o desenvolvimento do «(...) turismo como uma atividade econômica sustentável, com papel relevante na geração de empregos e divisas, proporcionando a inclusão social». (Mtur, 2007: s.p.)

Diante de tal situação, e de uma desarticulação reconhecida pelas instituições públicas de planejamento, entidades de classe e pesquisadores, diga-se de passagem que a desarticulação encontra-se interna e, também, entre estas instituições, vê-se mais um

elemento que, ao mesmo tempo em que constitui-se como um excelente campo de empregabilidade para graduados em turismo, apresenta-se como uma dificuldade a mais para a inserção do profissional formado.

Com base nesta situação, embora este processo já tenha se iniciado a mais de 30 anos, partem de diferentes locais, por diferentes meios e indivíduos uma aclamação pela regulamentação formal da profissão de turismólogo.

Falando um pouco mais sobre este processo, os primeiros pedidos e projetos de regulamentação da profissão de Bacharel em Turismo foram apresentadas em 1975 quando foram apresentados dois projetos ambos vetados. Um terceiro projeto foi apresentado em 1979, este vetado pelo então Presidente da República João Batista de Figueiredo.

De acordo com Almeida (2007: s.p.) a não aprovação da regulamentação da profissão dos bacharéis em turismo por Figueiredo se deu de forma um tanto controversa, onde (...) procurado por dirigentes da ABBTUR – Associação Brasileira de Bacharéis em Turismo da época a resposta do Presidente Figueiredo foi curta e grossa: «hoje eu votei tudo que colocaram sobre a minha mesa».

Após esta desaprovação da regulamentação, outros projetos foram apresentados, sendo destacáveis o ano de 1984, 1989, 1991, 1997, e o mais recente em 2004, sendo aprovado em todas as instâncias, porém vetado pela presidência da república.

Diante de tal fato vários são os argumentos que partem para a explicação de tal desaprovação ao longo dos anos, dentre as quais podem ser destacados, com base em Filho (2004)

- há na própria classe dos turismólogos alguns profissionais que entendem o fenômeno turístico como descolado das questões políticas maiores, como se os estes fossem uma simples força de trabalho submissa às leis do Capital.
- há turismólogos que insistem em afirmar que a regulamentação irá restringir o campo de trabalho do bacharel em turismo e entendem o turismo como algo impossível de ser delimitado.
- há interesses e restrições por parte do mercado quanto à organização política em volta de um sindicato forte e não patronal.
- do ponto de vista político, há disputa política para preencher os cargos das representações dos escritórios da Embratur no exterior e outros cargos nos

mais diversos âmbitos que, a partir do reconhecimento profissional, estariam restritos a pessoas formadas na área.

Diante de tais observações, especialmente quanto ao último aspecto levantado, observa-se em diversas revistas eletrônicas debates em torno do preenchimento de vagas públicas. Por exemplo, Furtado (2005), cita que

É importante ter pessoas criativas planejando e promovendo o turismo, empresas e consultorias que vejam o turismo de maneiras diferentes, que atuem junto aos diversos setores e com isso divulguem e trabalhem o turismo com competência e seriedade, não podemos mais ter casos onde a secretaria de turismo de um município é ocupada pelo primo do prefeito que foi pra Disney World e por isso está habilitado para a área (...)

Do ponto de vista dos cargos públicos e do mercado, a defesa mais comum quanto a contrariedade da regulamentação investe-se do argumento de que os melhores profissionais conseguirão sobreviver no mercado e os outros irão perecer, ou ainda, de que se os turismólogos quiserem conquistar o seu espaço, isso será realizado por meio de sua competência profissional e não deve ser feito por meio de um instrumento legal. (Filho, 2004).

Enfim, em meio à questão da graduação de turismo, da regulamentação e reconhecimento profissional e da empregabilidade, o que se observa é uma total incerteza que apenas poderá ser resolvida através de ações sérias de políticas públicas e planejamento.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Embora muito se fale em torno do turismo como uma das atividades que mais cresce em importância no mundo, geradora de emprego e renda, observam-se no Brasil amplos problemas relacionados ao desenvolvimento desta atividade que, a partir da visão de diversos profissionais, ainda caminha a passos curtos e com uma projeção longínqua.

Refletindo esta afirmação, o presente trabalho procurou discutir como surgiu e como se encontra o processo de formação superior em turismo, apresentando uma situação na qual tem-se uma realidade recente, com o surgimento do primeiro curso em 1971, e a abertura crescente de cursos, especialmente a partir do final da década de 1990.

Assim, apresentou-se por meio deste uma realidade na qual tem-se atualmente, em acordo com os órgãos oficiais responsáveis pelo ensino superior, que a partir de uma crescente existem atualmente um total de 729 cursos de turismo, observando-se ao mesmo tempo uma série de problemas que vão à contra-mão deste falso desenvolvimento, que se estende a uma situação mercadológica dos estudantes e formados na área que está em verdadeiro colapso.

Diante de tal situação, uma das questões que vem se mostrando como fundamentais para o desenvolvimento do turismo é a regulamentação profissional. Neste artigo, foi possível observar-se que esta questão iniciada há um período superior a 30 anos, vem se mostrando polêmica por vários aspectos.

Neste sentido, a partir das informações aqui apresentadas foi possível observar que a atividade turística requer uma revisão de planejamento e planos de turismo sérios que prevejam situações mais concretas, dentre as quais ficou destacada a empregabilidade dos turismólogos, o que torna claro o fato de que não basta investimentos em equipamentos hoteleiros ou centros de eventos, se não houver profissionais qualificados ao atendimento do turista, que está cada vez mais exigente.

Uma das questões que se deve extrair desta discussão é que precisamos mudar nossa cultura e questionar discursos que vêem o Brasil como país do turismo, tendo em vista que praias e paisagens bonitas existem em muitos outros países e que estas devem ser trabalhadas profissionalmente de forma comprometida e profissional.

## REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Ø **Almeida, Noslin de Paula.** O Histórico da regulamentação do exercício profissional do Bacharel em Turismo. Encontrado em <http://www.abbtur.org.br>, acesso em março de 2007.
- Ø **Ansarah, M. G. dos R. e Rejowski, M.** (1994). Cursos Superiores de Turismo e Hotelaria no Brasil. **In:** Turismo e Análise, São Paulo: ECA/USP, Maio, v.5, n. 1, p 116-128.
- Ø **Barreto, Margarita.** (1995) Manual de Iniciação ao Estudo do Turismo. Campinas: Papirus
- Ø **Backer, Bertha K.** (2001) Políticas e planejamento do turismo no Brasil. **In:** Caderno Virtual de Turismo. Caderno 01. Vol. 1. 2001. pp. 1-7.
- Ø **Brogno, Ângela Faria; Hickenbick, Cláudia; Carrelas, Daniela de Carvalho; Teixeira, Fátima Regina; Amorim, Telma Pires Pacheco.** (2004) Turismo Responsável e Educação Profissional. **In:** Cadernos temáticos. n.º. 7, (Dez. 2005). Brasília : Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica, 2004. pp. 43-52.
- Ø **Filho, João.**(2004) Por que sabotam a regulamentação da profissão de turismólogo?. Encontrado em Revista Turismo - Ago/2004 <http://revistaturismo.cidadeinternet.com.br>, acesso em março de 2007.
- Ø **Fuertado, Fábio Luiz.** (2005) Como evitar o mico do turismo. Encontrado em Revista Turismo - Ago/2005 - <http://revistaturismo.cidadeinternet.com.br>, acesso em março de 2007.
- Ø **Leite, Ricardo Alexandre Calheiros.** (2004) Turismo: A Necessidade de Profissionalização. Encontrado em Revista Turismo - Fev/2004 - <http://revistaturismo.cidadeinternet.com.br>, acesso em março de 2007.
- Ø **Ouriques, Helton Ricardo.** (1998) Turismo em Florianópolis: uma crítica à «indústria pós-moderna». Florianópolis: Editora da UFSC.
- Ø **Rejowski, Miriam.** (1996) Turismo e pesquisa científica. Campinas: Papirus
- Ø **REVISTA VOCÊ S.A.** O turismo é um mico?. **In:** Revista Você S.A. São Paulo: Editora Abril, 2005.
- Ø **Ribeiro Junior, José Emídio Trilha.** (2003) Turismo: A evolução da ocupação na Praia Brava- Florianópolis- Santa Catarina. Florianópolis/SC, 2003. 133p. Dissertação (Mestrado em Engenharia de Produção - UFSC)
- Ø **Santa Catarina.** Mapa Político do Estado de Santa Catarina. Florianópolis: Gaplan, 1996. Encontrado em <http://www.santacarina.sc.gov.br>, acesso em abril de 2007.
- Ø **Seabra, Giovanni.** (2001) Ecos do Turismo: O Turismo Ecológico em Áreas Protegidas. Campinas: Papirus, .

- Ø **Teixeira, Rivanda.** (2003) Ensino Superior em Turismo e Hotelaria no Brasil: Um Estudo Exploratório. Encontrado em Revista Turismo - Mai/2003 - <http://revistaturismo.cidadeinternet.com.br>, acesso em março de 2007.

